



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa de Estado de Direito e Justiça

Relatório Trimestral

Janeiro – Março de 2016

Elaborado pelo

PNUD

Abril de 2016

I - Contexto político, económico e social

O primeiro trimestre de 2016 é marcado pela crise política e institucional reinante na Assembleia Nacional Popular, decorrente das divergências no seio do Partido PAIGC. Paralelamente em termos económicos o primeiro trimestre é o momento de preparação da campanha da castanha de cajú, o principal produto estratégico da Guiné-Bissau. Em termos sociais este período é marcado por greves nos sectores da saúde e educação. Os funcionários públicos da saúde e da educação reclamam melhores condições salariais e de trabalho.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

Acesso à justiça e prestação de serviços jurídicos melhorados ao nível comunitário

Centros de Acesso à Justiça

- No decurso do I trimestre os cinco Centros de Acesso à Justiça (CAJ) estabelecidos em Bissau e nas regiões de Cacheu, Oio e Bafata com o apoio técnico e financeiro do PNUD forneceram o apoio gratuito, aconselhamento e informações para 298 beneficiários (dos quais 20% mulheres). Isso representa um ligeiro acréscimo dos utentes em comparação com o igual período de 2014 (primeiro trimestre de 2014). A maioria dos casos referem-se às questões de propriedade, questões laborais, questões familiares, violência doméstica e abuso de autoridade. Desde a sua inauguração em 2011, os CAJ já atenderam mais de 7.700 pessoas.

Capacidades e competências dos actores de justiça melhoradas

Formação

- O PNUD continua a apoiar o CENFOJ na realização de cursos de actualização e aperfeiçoamento em diferentes áreas temáticas. Neste primeiro trimestre de 2016 está em preparação uma série de formações específicas destinadas aos juizes, procuradores, agentes da policia criminal, guardas fronteiriças, etc. Entre as diferentes áreas temáticas deverão ser ministrados cursos relacionados com o Direito Penitenciário, a Criminalidade Transfronteiriça, o Tráfico de Pessoas e de Estupefacientes, o Direito do Ambiente e Gestão Florestal, a Violência Doméstica, a Violação Sexual, etc.

III - Aspectos transversais

- Os direitos humanos das mulheres e crianças são aspectos transversais que os CAJ têm em consideração no seu trabalho. Efectivamente, sendo as mulheres e as crianças um grupo prioritário, todo o trabalho dos Técnicos de Assistência Jurídica (TAJ) é realizado na lógica de dar um tratamento especial às mulheres e crianças, que são consideradas as mais desprotegidas na sociedade. Neste trimestre, os TAJ colocados no CAJ Bafata participaram numa sessão de sensibilização sobre os direitos humanos das mulheres e crianças no sector de Contuboeil, Região de Bafata, no âmbito do projecto dos Direitos Humanos. Esta iniciativa teve como objectivo reforçar o número de mulheres nos CAJ e nela participaram as autoridades administrativas locais, régulos e ainda as autoridades religiosas. A par desta iniciativa, os CAJ de Mansoa e Bafata continuam a fazer visitas de seguimento nas esquadras de policia, centros de detenção e prisões, de modo a registar potenciais casos de violação dos direitos humanos, bem como prestar assistência jurídica necessária aos reclusos e agentes das esquadras e prisões.

IV - Realizações registadas na gestão dos fundos

Award # in Atlas	Project Name	Project/ Budget Number	Total Budget (2016)	2016 1 st Quarter Expenditures (Jan-Mar 2016)	Delivery Rate %	Project Duration	Status (active/completed)	Approval Date and Authorization Period
00051229	Rule of Law and Justice	00089163	697,860 USD	85,446.15 USD	12.3%	3 years	Active	Jan2014–Dec2016
	TOTAL		697,860 USD	85,446.15 USD	12.3%			

V – Desenvolvimento das parcerias e mobilização de recursos

- A parceria com as ONGs e OSC é a estratégia adoptada a seguir nos próximos meses. Efectivamente os CAJ vão aproveitar a rede de ONGs locais que trabalham directamente com as populações para fomentar a troca de informações e incrementar o acesso das mulheres e crianças aos CAJ. De outro modo, é uma forma de detectar e acompanhar casos de violação grave dos direitos humanos, nomeadamente a violação sexual ou abuso sexual de menores que, por regra, não são denunciados às autoridades. Portanto, as parcerias com a Sociedade Civil são para continuar e reforçar porquanto podem garantir que as camadas mais desprotegidas das populações (mulheres e crianças) possam ser atingidas, aumentando assim o número de utentes de sexo feminino bem como casos de violação sexual ou abuso sexual de menores.

VI – Gestão de resicos

- A instabilidade política e institucional é um risco para a implementação das actividades do projecto. Efectivamente o risco de apropriação do projecto decorre da instabilidade institucional que se verifica neste momento. Entretanto, em colaboração com o Ministério da Justiça, o PNUD tomou algumas medidas conducentes a uma apropriação gradual e progressiva do projecto. Uma dessas medidas tem a ver com a uniformização do pessoal dos CAJ. A partir deste primeiro trimestre de 2016 todo o pessoal que serve nos CAJs passaram para a tutela directa do Ministério da Justiça, tendo os respectivos vínculos com o Ministério.

VII - Obstáculos e oportunidades

- A abertura ou sensibilidade das ONGs e OSC para estabelecer parcerias com o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) é uma oportunidade para os CAJ atingirem resultados direccionados às mulheres e crianças. Efectivamente, as ONGs e OSC que trabalham na temática dos direitos das mulheres e crianças, reconhecem cada vez mais a importância e relevância dos trabalhos dos Técnicos de Assistência Jurídica, sobretudo nas regiões, onde há uma fraca presença das instituições do Estado (polícia criminal e de ordem pública). Por isso, o PNUD apoia e encoraja o GICJU pela oportunidade que encontra da parte das diferentes

ONGs e OSC para incrementar e focalizar as suas acções no grupo alvo por excelência, isto é, as mulheres e crianças.

VIII - Desafios, respostas e lições aprendidas

A abolição das cobranças ilegais e o reforço da colaboração entre as instituições do Estado e os CAJ, continuam a ser um desafio para o projecto. Efectivamente nem sempre há uma franca e total abertura da parte das esquadras de policia ou administração dos sectores para colaborar com os CAJ. Portanto, as más práticas, como as cobranças ilegais, continuam a minar a credibilidade que os CAJ tentam dia após dia resgatar dos cidadãos para com os serviços de justiça.

IX – Recomendações

- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs (particularmente em relação à protecção dos direitos das mulheres e crianças).
- Focar as acções sobre mulheres e crianças, que são consideradas o grupo alvo.
- Reforçar a sensibilização para atrair mais pessoas aos Postos de Atendimento Sectoriais.
- Sensibilização sobre direitos das mulheres e crianças nos programas de rádio.
- Promover relações com os anciãos das tabancas para penetrar nas comunidades.
- Realizar seminários com diferentes agentes de justiça : ministério público, juizes, polícia judiciária, etc.

Assinaturas

Pelo parceiro de implementação :	
Nome e apelido : <i>Amílcar</i>	
Função : <i>Coordenador</i>	
Assinatura : <i>Amílcar</i>	Data : <i>11.05.2016</i>
Pelo gestor do projecto :	
Nome e apelido : <i>KAMIL LOPEZ</i>	
Função : <i>Posto Legal Nacional</i>	
Assinatura : <i>Kamil</i>	Data : <i>11.5.2016</i>
Pelo Governo :	
Nome e apelido : <i>Dejal Meydes</i>	
Função : <i>Director geral</i>	
Assinatura : <i>mf.</i>	Data : <i>11.05.2016</i>

Annexes

- Matrice de suivi des indicateurs
- Tableau de suivi de l'exécution financière
- Rapports de mission
- Plan de travail du trimestre suivant